

# **A**RTIGOS

# “Agora Quer Ser Rica?”: Negociações Cotidianas sobre Classe e Mobilidade Social entre Estudantes Universitárias<sup>1</sup>

“Do You Want To Be Rich Now?”: Everyday Negotiations on Class and Social Mobility Among College Students

**Renata Mourão Macedo**

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

## RESUMO

O objetivo do artigo é refletir sobre narrativas cotidianas de classe e mobilidade social a partir da experiência universitária de estudantes mulheres em duas faculdades privadas na cidade de São Paulo (SP). Em comum, todas as estudantes são a primeira geração de suas famílias a cursar essa etapa de ensino. A partir de pesquisa etnográfica realizada com 21 estudantes entre 2015 e 2018, selecionei narrativas presenciais (por meio de entrevistas e conversas) e narrativas online (por meio de debates escritos e imagéticos em redes sociais) a fim de refletir sobre as negociações em relação aos marcadores de classe social e às perspectivas de mobilidade. O artigo destaca, em primeiro lugar, como as percepções de classe são negociadas no cotidiano, ora aparecendo por meio de um sistema binário de classificação – “*pobres*” versus “*ricos*” -, ora aparecendo por meio de categorias mais nuançadas, com ênfase nas frações médias. Em segundo lugar, analisa as expectativas cotidianas sobre mobilidade social, tendo em vista que, mais do que o desejo de ascender socialmente, as estudantes tinham como meta conseguir “*trabalhar na área*”, revelando a polissemia da busca do diploma, mesmo em um contexto marcado por expansão e subsequente crise do ensino superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Classe, Mobilidade social, Estudantes, Ensino superior, Marcadores sociais da diferença.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

---

Recebido em 11 de setembro de 2019.  
Avaliador A: 14 de outubro de 2019.  
Avaliador B: 10 de dezembro de 2019.  
Aceito em 29 de dezembro de 2019.

---



## ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on everyday narratives of class and social mobility from the university experience of female students in two private colleges in the city of São Paulo (SP). In common, all students are the first generation of their families to attend this stage of education. From ethnographic research conducted with 21 university students between 2015 and 2018, I selected some face-to-face narratives (through interviews and conversations) and online narratives (through written and imaginary debates on social networks) in order to reflect on the negotiations about class and social mobility. First, the article highlights how class perceptions are negotiated on a daily basis, sometimes appearing through a binary classification system - “poor” versus “rich” - sometimes appearing through more nuanced categories, with emphasis on middle fractions. Second, it highlights how, in everyday expectations about social mobility, rather than the desire to ascend socially, students aimed to be able to “*work in the field*”, revealing the polysemy of pursuing the degree, even in a context of expansion and subsequent crisis of higher education in Brazil.

**Keywords:** Class, Social Mobility, Students, Higher Education, Social Markers of Difference.

## INTRODUÇÃO

Acho que eu sou classe média. Eu tenho alguma condição, nunca passei necessidades...

(Mariana, 19 anos, estudante de Administração, filha de Ana Paula).

Eu digo que sou “classe trabalhadora” mesmo! [risos]. Eu pago água, pago aluguel, pago um monte de dívidas, um monte de coisas! Graças a Deus eu consigo dar conta do recado, mas assim... a casa não é própria, não tenho carro, não tem isso, aquilo, aquilo, aquilo [fala rápido brincando] não tenho um monte de coisas. Rica é que não é!

(Ana Paula, 43 anos, estudante de Pedagogia, mãe de Mariana).

As narrativas sobre classe social expressadas acima, pelas estudantes Ana Paula e Mariana, expressam uma situação recorrente na pesquisa de campo apresentada neste artigo. Tais falas, registradas em entrevistas realizadas em momentos diversos, em que mãe e filha não estavam juntas, revelam diferentes visões e negociações sobre o marcador classe. Moradoras do bairro Jardim Clímax, zona sul da cidade de São Paulo, e orgulhosas de romper um ciclo de baixa escolaridade que havia marcado a família até então – a mãe e a avó de Ana Paula sempre trabalharam como empregadas domésticas –, a experiência universitária era algo a ser valorizado naquele contexto familiar. Mas enquanto, naquele momento, Mariana se autodeclarava

negra, mas de classe média (“*eu tenho alguma condição, nunca passei necessidades*”), sua mãe Ana Paula também se autodeclarava negra, mas de classe trabalhadora (“*rica é que não é!*”).

Assim, em relação à percepção de classe, categorias como “rica”, “pobre”, “classe trabalhadora”, “classe C”, “classe média”, “classe média baixa”, entre outras classificações, foram utilizadas diversas vezes ao longo da pesquisa apresentada neste artigo. Mobilizando ora categorias binárias – *ricas versus pobres* –; ora categorias mais nuançadas – como “classe média baixa” ou “classe C” –, tais classificações revelaram *negociações constantes* a respeito da percepção de classe, mobilizada diferencialmente segundo o contexto de pesquisa e os critérios adotados, orientados por variáveis como trabalho, família, local de moradia, posse ou não de casa própria, profissão dos pais e ingresso no ensino superior.

Vale lembrar que, no Brasil, o debate sobre estratificação por classes esteve no centro de disputas fervorosas entre agentes de mercado, economistas, políticos e cientistas sociais nos anos 2000 e início dos anos 2010 (SOUZA, 2010; NERI, 2010; POCHMAN, 2012; SINGER, 2018; KOPPER; DAMO, 2018)<sup>2</sup>. Diante da crise político-econômica e da ascensão conservadora no país, especialmente a partir de 2017, também se passou a debater a possível falta de “consciência de classe” por parcela da população de menor renda. Contudo, ainda pouco se discute como os próprios agentes envolvidos em tais classificações percebem e negociam no cotidiano categorias de estratificação social (FONSECA, 2006). Recentemente, alguns trabalhos se propuseram a isso, com destaque para as pesquisas de André Salata (2015), onde apresenta um arcabouço teórico marcado pela sociologia de base quantitativa, identificando que “a maior parte dos brasileiros se vê entre a classe baixa/pobre e a classe média” (SALATA, 2015, p. 117). Também uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre valores políticos nas periferias de São Paulo, realizada em 2017 (FPA, 2017, p.16), apontou que “independente da renda e da ocupação, as pessoas tendem a se auto-classificar como pertencentes à classe média, pois a pobreza está associada à falta de moradia e alimento e a riqueza está associada à abundância de patrimônios pessoais e familiares”. Destaco ainda a pesquisa de Scalón e Salata (2015) sobre percepções de classe entre a “nova classe média”, identificando como – diferentemente da classe média tradicional – essa população em ascensão social nos anos 2010 teria uma identidade de classe menos definida.

---

2 Na primeira década dos anos 2000, surgiram diversas iniciativas especialmente voltadas para “descobrir” um novo Brasil consumidor. No entanto, análises divergentes e conflitantes marcaram o período, especialmente diante das polêmicas nomeações na definição de uma “nova classe média”. O economista Marcelo Neri teve protagonismo nesse debate, passando a ser conhecido como “o pai da nova classe média”. Segundo Neri, o “estrato C” corresponderia a cerca de 35% da população em 2003, passando para 50,45% em 2009, resultando na ascensão de 29 milhões de brasileiros (Neri, 2010, p.31). Em oposição a essa argumentação otimista sobre um novo Brasil consumidor, diversas foram as vozes que passaram a questionar a existência de uma “nova classe média” no país, defendendo que, ao contrário, tratava-se de uma “nova classe trabalhadora” com maior acesso a bens de consumo. (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012; SCALON; SALATA, 2012).

Neste artigo, seguindo por outra direção, busca-se uma aproximação do arcabouço desenvolvido na antropologia e no debate sobre articulação de marcadores sociais da diferença, visando interrogar o lugar que a reflexão sobre classes sociais apresenta nas narrativas cotidianas (ORTNER, 1998; 2003; MCCLINTOCK, 2010). Assim, tendo como referência o debate teórico-metodológico sobre mobilidade, classe e estratificação social, realiza-se uma reflexão sobre o tema a partir das narrativas das estudantes mulheres que participaram da pesquisa de campo, bem como de material imagético e textual circulado de modo online pelas estudantes em redes sociais. Nesse sentido, um dos objetivos do presente estudo diz respeito a compreender como os próprios agentes envolvidos nessas classificações percebem suas posições sociais e, assim, tomam decisões nesse âmbito<sup>3</sup>. Conforme destacado pelos antropólogos Edlaine Gomes e Luiz Fernando Dias Duarte (2008), mais do que apenas um problema da “imaginação sociológica”, estratificação e mobilidade social de fato constituem-se como importantes questões cotidianas. Segundo os autores, este tema “instiga a reflexão de todos aqueles que, um pouco mais, ou menos, aspiram a uma estabilização ou melhoria de sua condição de vida e para tanto levam em conta suas imagens do que seja uma vida adequada, satisfatória ou legítima”. (DUARTE; GOMES, 2008, p. 242).

A partir desse imaginário como material de análise, está em foco neste artigo o debate sobre percepção de classe e expectativas de mobilidade social entre estudantes mulheres, jovens e adultas, matriculadas em diferentes cursos em duas faculdades privadas na cidade de São Paulo, entre 2015 e 2018. Se, desde os anos 1990, as mulheres se tornaram a maior parte dos estudantes de ensino superior no Brasil<sup>4</sup>, como tais perspectivas de qualificação educacional e profissional impactam em suas expectativas de mobilidade social? Como vivenciam cotidianamente suas distintas experiências de classe social? Antes de aprofundar tais questões, contudo, segue-se um breve relato da pesquisa de campo realizada.

3 No debate sobre classes e estratificação social, estou de acordo com a visão de Bourdieu (2013, p. 111) de que a oposição entre “teorias objetivistas” ou “teorias subjetivistas” deve ser superada. Segundo este autor, “as representações que os agentes fazem de sua posição no espaço social” já seria ela própria um “produto de um sistema de esquemas de percepção e de apropriação (*habitus*)”. No entanto, isso não significa que tais percepções e representações não devam ser conhecidas e esmiuçadas, objetivo especialmente afim ao trabalho mais minucioso de pesquisa antropológica, conforme busco realizar aqui, além de reflexão conjunta realizada em outros momentos (ESCOURA; MACEDO, 2019).

4 Do ponto de vista do marcador gênero, é imprescindível destacar que, embora sejam maioria no ensino superior desde os anos 1990 – marco registrado a partir do censo de 1991 -, as mulheres, brancas e negras, seguem concentradas em algumas carreiras historicamente feminilizadas como Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social persistindo como minoria nas diferentes Engenharias e na área de Exatas (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

## A PESQUISA DE CAMPO: NARRATIVAS COTIDIANAS NO CONTÍNUO ONLINE-OFFLINE

Inspirada em trabalhos de cunho mais etnográfico sobre processos educativos, que trazem um olhar aproximado sobre estudantes, espaços educacionais e suas negociações cotidianas (PEREIRA, 2017; WILLIS, 1991), a pesquisa de campo aqui apresentada foi realizada a partir de conversas e entrevistas com 21 estudantes universitárias de duas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, localizadas na cidade de São Paulo, entre 2015 e 2018<sup>5</sup>.

Tendo como referência os dez maiores cursos de ensino superior no Brasil<sup>6</sup>, foram selecionados três cursos – Enfermagem, Pedagogia e Administração – que demonstraram grande relevância na pesquisa exploratória realizada previamente, além de dois deles apresentarem cortes de gênero muito expressivos<sup>7</sup>. Em paralelo, foram selecionadas duas IES, que aqui chamei de Faculdade Bairro e Faculdade Centro.<sup>8</sup> Nos primeiros dias de aula de cada turma, minha apresentação também como estudante (ainda que de pós-graduação e de uma universidade pública), interessada em realizar pesquisa acadêmica sobre escolhas e experiências no ensino superior entre universitárias que eram a primeira geração da família a ingressar nessa etapa de ensino, favoreceu o interesse por parte dessas estudantes para refletir conjuntamente comigo sobre tais temas. Além das conversas informais realizadas durante a observação participante na entrada e corredores das faculdades, realizei entrevistas semiestruturadas. A maioria dessas entrevistas foi realizada nos arredores ou nas lanchonetes das duas faculdades. Todas essas

5 Os dados aqui apresentados são parte de pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, sob orientação de Heloisa Buarque de Almeida. O objetivo principal da tese foi debater os processos de escolha entre estudantes universitárias que são a primeira geração a ingressar nessa etapa de ensino, tendo como referência o cenário mais geral de privatização, expansão e subsequente crise do ensino superior no Brasil (MACEDO, 2019).

6 Conforme o censo da Educação Superior de 2015, os dez cursos com maiores números de matrícula no Brasil foram: Direito (853 mil estudantes matriculados), Administração (766 mil), Pedagogia (655 mil), Ciências Contábeis (358 mil), Engenharia Civil (355 mil), Enfermagem (261 mil), Psicologia (223 mil), Recursos Humanos (177 mil), Serviço Social (172 mil) e Engenharia de Produção (170 mil). Juntos tais cursos concentravam 49,8% das matrículas no ensino superior (INEP, 2015).

7 Enfermagem e Pedagogia estão entre os cursos mais feminilizados no Brasil. Em 2015, dos 655.813 estudantes matriculados em Pedagogia, 92% eram mulheres, e entre os 261.215 mil matriculados em Enfermagem, 85% era mulheres (INEP, 2015).

8 A Faculdade Centro está em uma região central da cidade de São Paulo, próximo a estações de metrô. Concentra, assim, um público mais heterogêneo socialmente do que a Faculdade Bairro, localizada na região de Taboão da Serra/bairro de Campo Limpo, zona sudoeste da região metropolitana de São Paulo. Se na Faculdade Bairro um dos motivos de escolha da instituição (além do preço) era a proximidade com a residência, na Faculdade Centro a proximidade com o trabalho se destacou. As duas instituições fazem parte dos maiores grupos de ensino privado atuantes no país.

entrevistas foram seguidas por conversas informais, tanto de modo presencial quanto online. A troca de contatos via Facebook e WhatsApp, assim, foi uma ferramenta fundamental para manter essas interlocuções, conversar, trocar referências, ver fotos sobre familiares e assuntos de interesse, além de permitir marcar novos encontros. Entrando em um “fluxo contínuo online-offline” (PARREIRAS, 2008, p. 79)<sup>9</sup>, que me permitiu seguir pessoas, categorias e debates, a pesquisa acabou tendo uma inesperada continuidade no universo online. Assim, complementando essa parte da pesquisa, entre 2016 e 2017 participei por algumas semanas de grupos online das turmas de ingressantes dos cursos de Enfermagem e Pedagogia de uma dessas instituições.

Levando em conta o campo de possibilidades em transformação (VELHO, 2013), dada a organização atual do sistema universitário brasileiro e paulistano, cumpre destacar como o ensino superior passou por um importante processo de expansão no período recente, em especial entre 2005 e 2015. Nesse processo, destacou-se o grande crescimento do sistema privado, indicando um forte processo de privatização e mercantilização dessa etapa de ensino no Brasil, abocanhando em 2016 cerca de 75% das matrículas (INEP, 2016). Assim, paralelo ao processo de inclusão e democratização do ensino superior no período, conquistado por meio de contínuas lutas políticas e sociais (consolidando, por exemplo, a implementação da Lei de Cotas para universidades federais, em 2012), deu-se também um processo de massificação do ensino superior, em que se destacou o setor privado não confessional, com ou sem fins lucrativos. Esse processo se deu, em parte, por interesse do mercado em absorver a demanda de estudantes que não conseguem ingressar em universidades públicas ou privadas confessionais, em parte subsidiado pelo governo federal, especialmente alavancados por políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) desde meados dos anos 2000 (SAMPAIO, 2014; ALMEIDA, 2015).

Nesse contexto, meu olhar destacou a experiência de mulheres que ingressaram no ensino superior nesse período, sendo as primeiras de sua família a acessar tal etapa de ensino, focalizando especialmente uma fração de classe que recentemente esteve no centro do debate brasileiro sobre classes sociais, ficando conhecida como “nova classe trabalhadora”, “nova classe média” ou, pela linguagem economicista de mercado, “classe C”<sup>10</sup> (NERI, 2010; SOUZA, 2010; POCHMAN, 2012; KOPPER; DAMO, 2018). Contudo, de minha parte, essas disputas

9 Sobre a realização de pesquisa antropológica *online* e a disseminação das tecnologias comunicacionais em rede, ver também MILLER; HORST, 2012.

10 Entre as categorias utilizadas para mensurar a estratificação social, existem as chamadas “classes socioeconômicas”, que podem ser definidas a partir de critérios como renda domiciliar, renda per capita e potencial de consumo. Em diversas dessas classificações, se convencionou nomear os estratos por letras, iniciando o topo da pirâmide social na letra A – os mais ricos –, finalizando na letra E, os mais pobres. No Brasil, entre os institutos que utilizam tais classificações, destaca-se o Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), amplamente utilizado pelo mercado. Sobre debates recentes ligados ao tema, ver ALMEIDA; MACEDO, 2015.

classificadoras também foram objeto de análise. Não utilizei *a priori* qualquer critério socioeconômico para delimitar quem faria ou não parte da pesquisa de campo. Meu interesse recaiu justamente nas narrativas cotidianas sobre os marcadores sociais da diferença, classe social em especial, observando o modo como tais categorizações eram “negociadas” no cotidiano de tais estudantes, orientando ou não suas escolhas<sup>11</sup>.

## NEGOCIANDO COM CLASSE: NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Assim como nas narrativas de Ana Paula e Mariana mencionadas no início deste artigo, surgiram percepções variadas sobre classe social, especialmente nas entrevistas realizadas, mas também nas conversas informais em que busquei explicitar meu interesse no tema para as estudantes que participaram da pesquisa. Para além do debate analítico, a temática sobre estratificação por classe se revelava uma dimensão importante das experiências sociais cotidianas, ainda que não sempre explicitada segundo categorias estáveis ou sociologicamente “corretas”. Assim, seguindo a perspectiva apresentada pela antropóloga estadunidense Sherry Ortner (2003) em pesquisa sobre sua própria escola de juventude, tratava-se do desafio de apreender as narrativas sobre classe na vida comum.

O debate sobre acesso e permanência no ensino superior em anos recentes esteve profundamente marcado por categorias de classe social e renda. Diferentes classificações como “baixa renda” (conforme políticas educacionais como o Programa Universidade para Todos - ProUni), “nova classe trabalhadora” (conforme pesquisas sociológicas, com destaque para Souza (2010)) e “classe C” (conforme a perspectiva do mercado e de parcela da mídia jornalística) foram mobilizadas para identificar os “novos” estudantes no ensino superior brasileiro.

Nesse contexto, na pesquisa de campo realizada, tomando como parâmetro as salas de Enfermagem e de Pedagogia da Faculdade Bairro, da minha perspectiva enquanto pesquisadora, eu poderia dizer que reuniam um perfil mais próximo das “classes populares”, ou do que tem sido chamado de uma “nova classe trabalhadora”, em oposição a uma “classe média estabele-

---

<sup>11</sup> Embora a pesquisa de campo tenha sido inicialmente realizada entre estudantes homens e mulheres, o progressivo interesse por questões de gênero ligadas à feminização de algumas dessas áreas profissionais, e suas recorrentes associações com a esfera do cuidado, me levaram a focalizar em estudantes mulheres e suas estratégias e expectativas de mobilidade social. As negociações com as categorias de gênero foram mais exploradas em outro artigo (MACEDO, 2019), deixando aqui o foco em classe e mobilidade.



cida”. A trajetória educacional dessas estudantes em escolas públicas da capital paulista ou em diferentes cidades do Nordeste, a conciliação entre trabalho e estudos desde a adolescência, a ocupação de pais e mães em profissões de baixo status, a dificuldade de realizar cursos pré-vestibulares pagos ou mesmo gratuitos, a moradia nas regiões periféricas da cidade de São Paulo, entre outras características, revelavam um perfil social próximo às chamadas “classes populares”, aqui tirando proveito da imprecisão do termo, como destacado por Maria Celia Paoli e Eder Sader (1986) e, posteriormente por Duarte e Gomes (2008).

No entanto, como analisar a situação de classe dessas estudantes? Os critérios comumente utilizados nas ciências sociais para aferir classes sociais ou classes econômicas são variados e jamais encontraram consenso. Renda familiar ou *per capita*, local de moradia, potencial de consumo, práticas culturais, estilos de vida e categorias sócio-ocupacionais são apenas algumas das possibilidades utilizadas na contemporaneidade (BOURDIEU, 2013; WRIGHT, 2015). No entanto, a maioria desses critérios requer elaborados procedimentos quantitativos, que ultrapassam o âmbito da pesquisa proposta. Ao contrário, desde o início, meu interesse recaiu sobre as percepções dos próprios sujeitos sobre tais marcadores sociais: como as pessoas vivenciam cotidianamente suas distintas experiências de classe social? Como compreendem tais marcações e como negociam suas posições na hierarquia social?

Assim, contrapondo a categoria analítica por mim mobilizada de “classes populares”, ao longo da pesquisa, essa percepção se revelou diversa do ponto de vista das estudantes, incluindo diversas alunas que se percebiam como “classe média”, “classe média baixa”, “baixa renda”, “classe trabalhadora” ou mesmo afirmaram pertencer à “classe C”. Em conversas e entrevistas, revelavam-se assim percepções de classe mais matizadas, com ênfase nas camadas médias. Já nas brincadeiras cotidianas e interações online acompanhadas nas redes sociais, foi a categoria “*pobre*”, em oposição aos “*ricos*”, que foi constantemente mobilizada, apontando para a coexistência entre um sistema de estratificação binário, sem espaço para as camadas médias, e um sistema de classificação bem mais nuançado, marcada por frações médias, como “classe média baixa” e “classe C”.

Em entrevista realizada com a estudante Laizi, de 19 anos, ingressante no curso de Administração na Faculdade Bairro em 2017, sentadas na praça de alimentação, tivemos o seguinte diálogo sobre percepção de marcadores sociais como classe e raça:

R: Como a gente já conversou, uma das questões que eu estou trabalhando na pesquisa é sobre os chamados “marcadores sociais da diferença”, sobre como as pessoas se percebem em termos de classe social, de raça e de gênero. Como você vê isso? Como você se classificaria em termos de classes sociais?

L: Eu acho que eu me encaixaria na Classe C, assim. Porque eu nem sou tão pobre, nem sou rica. Eu não passo necessidade, a gente não passa fome, a gente tem as coisas em casa... mas também não é rica de jeito nenhum, nem

pensar! (risos).

R: E se fosse nesses outros critérios, tipo classe alta, classe média, classe popular, classe trabalhadora...?

L: Acho que assim eu sou classe média. Porque é isso, não é nem lá nem cá.

Tal diálogo com Laizi expressava algumas das tensões que envolvem tais marcadores, especialmente quando essas classificações são debatidas abertamente numa relação de entrevista. Se percepções de classe operam continuamente no cotidiano, a classificação “correta”, do mesmo modo que gera dúvidas entre cientistas sociais, gerou dúvidas entre as estudantes com quem conversei. No caso de Laizi, morando com os pais no bairro Jardim Rosana (próximo do Campo Limpo, zona sul da capital paulista), ela percebia que tinha alguma estabilidade econômica (“*a gente não passa fome, a gente tem as coisas em casa*”). Sua mãe, de profissão diarista, e seu pai, de profissão encarregado de açougue, conseguiam lhe garantir condições de moradia e lhe auxiliavam naquele momento a pagar a faculdade, realizando o sonho familiar de ser a primeira mulher da família a cursar ensino superior (seus pais, ambos terminaram o ensino médio, mas não tiveram oportunidade de fazer faculdade). No entanto, tais “condições objetivas” não lhe pareciam justificar a entrada nos estratos populares, preferindo lugares associados a uma “classe média baixa” ou “classe C”: “*porque é isso, não é nem lá nem cá*”, conforme afirmara Laizi.

De modo similar, quando perguntei durante entrevista para a estudante de enfermagem Bruna, também na Faculdade Bairro, como ela própria percebia sua posição em termos de marcadores de classe social e raça, ela afirmou:

Eu acho que eu sou classe média, né? Porque graças a Deus, Deus está me dando condições de pagar a faculdade, eu tenho uma casa com meu marido, como o que eu quero, uso o que eu quero graças a Deus... então *não sou classe baixa, né? [...] De cor e raça eu já não sei... Dizem que eu sou branca, mas é melhor por parda. Põe parda aí na pesquisa, por favor.*

(Bruna, 21 anos, estudante de Enfermagem, Faculdade Bairro).

Bruna, assim como outras estudantes que participaram da pesquisa, identificava que ao ter opções diversificadas de alimentação e vestimenta, além de moradia, não poderia ser associada à “classe baixa”, imaginada como uma classe sem poder de escolhas de consumo. Ainda que morando em bairro na periferia de São Paulo e trabalhando como balconista em restaurante no centro da cidade, a posse da casa própria e as opções diversificadas de consumo marcavam, segundo ela, um certo padrão de vida de classe média. “Morar bem, cursar a universidade e vestir-se bem são comprovantes sociais das posições de prestígio cuja avaliação é sempre positiva”, já observava nos anos 1960 Marialice Foracchi (1965, p. 101) em reflexão precursora sobre a percepção de classe entre estudantes universitários brasileiros.

Ademais, pelo ambiente universitário, e pelo meu lugar enquanto pesquisadora universitária autoidentificada como “de classe média” e “branca”, em algumas dessas conversas notava-se um certo desconforto entre diversas estudantes em se perceber como “não classe média”. Diante dessas situações contextuais, pude perceber ao longo da pesquisa que também classe é uma categoria que se negocia, apresentando forte dimensão performativa.

A aproximação com a pesquisa de Beverley Skeggs, realizada na Inglaterra nos anos 1990, ilumina algumas dessas questões. Intitulada *Formations of class and gender: becoming respectable* (1997), Skeggs realizou uma pesquisa longitudinal durante 11 anos com 83 mulheres de classes trabalhadoras matriculadas em um curso de ‘cuidado’ (*‘caring’*) em uma pequena faculdade no noroeste da Inglaterra, investigando como elas negociavam e compreendiam suas identidades e construções subjetivas sobre posição social. Em sua análise, Skeggs constatou certo receio em serem classificadas como “classe trabalhadora” pois isso remeteria a um imaginário de mulheres potencialmente perigosas, pouco produtivas, irresponsáveis e não respeitáveis. Cientes de como eram posicionadas e representadas na sociedade por sua possível posição de classe, essas mulheres circundavam os sistemas classificatórios, de maneira inquieta e desconfortável. Respeitabilidade<sup>12</sup>, assim, se tornava um atributo central diante da qual aquelas mulheres precisavam negociar a todo momento em suas vidas cotidianas, revelando a indissociabilidade entre classe e gênero.

Destaco também aqui o peso que o ingresso no ensino superior representa nessa percepção de classe, conforme observado durante a pesquisa de campo. De maneira similar ao modo como o consumo de roupas e acessórios de marca entre jovens das periferias urbanas “confundem as fronteiras de classe, ou ao menos, fazem com que tenham que ser reinventadas muito rapidamente” (Pinheiro-Machado e Scalco, 2014, p.6), podemos pensar no papel similar do ingresso no ensino superior como um índice de “distinção” (BOURDIEU, 2013). Coursar uma faculdade, pelo alto peso simbólico que historicamente tal qualificação apresenta no Brasil, em muitos casos analisados contribuía para um afastamento do lugar marcado de “classes populares”, “classe baixa” ou mesmo de “pobre”.

No entanto, mesmo entre estudantes de perfil social, educacional e econômico similar, essa associação com frações das classes médias não foi consensual. Ao final da primeira entrevista realizada com a estudante Andrea, em março de 2016, a estudante Bruna – que já tinha conversado comigo na semana anterior, em trecho apresentado acima, definindo-se como de “classe média” – veio sentar conosco na mesa da praça de alimentação da Faculdade Bairro,

12 Segundo Skeggs (1997, p. 3), “Respectability contains judgements of class, race, gender and sexuality and different groups have differential access to the mechanisms for generating, resisting and displaying respectability”. Ao historicizar tal processo na Inglaterra, Skeggs constatou que “respectability became a property of middle-class individuals defined against the masses” (SKEGGS, 1997, p. 6).

participando da conversa. Nesse diálogo entre Andrea, Bruna e eu, algumas dessas tensões sobre percepção de marcadores sociais da diferença se faziam nítidas:

Andrea: Nessas classificações aí de classe eu sou pobre! Risos. É pobre mesmo, não tem jeito. Pode por aí.

Bruna corrige: Põe baixa renda na pesquisa, não pobre!

Andrea: É verdade, a Bruna tem razão, pobre fica muito assim, né? Fica pobre! [risos]. Então, põe baixa renda aí.

R: E em relação à cor/raça?

Andrea: Eu sou negona, né, eu sou nega.

Bruna: mentira, Andrea, você é morena!

Andrea: não existe esse negócio de morena, Bruna. Ou é negro ou é... Pode colocar negra mesmo [risos].

Associando marcadores de classe e cor/raça, em tais diálogos uma série de questões se evidenciavam. De um lado, o desconforto possível na identificação enquanto “pobre” ou “classe baixa”. Conforme sugestão da estudante Bruna para Andrea, “baixa renda” – categoria utilizada por diversas políticas públicas, o ProUni inclusive – ao menos ficaria mais elegante para ser registrado em uma pesquisa universitária. Nessa e em outras conversas, diferentemente de Bruna, Andrea tendia a mobilizar um sistema classificatório binário, tensionado entre “ricos e pobres”, sem espaço significativo para as classes médias.

Tal tensionamento binário de classe já foi observado em algumas pesquisas sobre percepções e identidades de classe no Brasil. Em texto de 1977, Ruth Cardoso sublinhava como todos os participantes de sua pesquisa – moradores de favelas na cidade de São Paulo –, embora não apresentassem um discurso elaborado sobre classes, descreviam “a sociedade como estando dividida entre ricos e pobres” (CARDOSO, 2011, p. 171)<sup>13</sup>. Já nos anos 2000, tal oposição também foi observado na pesquisa etnográfica de Heloisa Buarque de Almeida, ao refletir sobre as percepções sobre posição social e telenovelas na cidade de Montes Claros (MG) (2003, p.108): “é muitas vezes pela comparação com o luxo que se vê na televisão, ou pela comparação com a elite local, que se define a ideia de ser pobre – não um estatuto absoluto, mas relativo a outras pessoas, construção que se dá pela comparação”. De modo similar, também André Singer (2018, p. 19) identificou como, no discurso popular, ao invés de percepção enquanto classe trabalhadora, seria mais constante “a referência aos ‘pobres’, os quais têm noção de que seus interesses se opõem ao dos ‘ricos’”.

Em minha pesquisa, conforme desenvolvo a seguir, ao analisar os memes postados na

13 Conforme observou Ruth Cardoso: “para expressar essa oposição, [eles] identificam os ricos como *fortes* e os pobres como *fracos*”. (grifos da autora). Ainda assim, nessa pesquisa com trabalhadores moradores de favelas, Cardoso identificava como esse lugar de pobreza também era relativo, distanciando-se, sempre, dos “mais miseráveis”. (CARDOSO, 2011, p. 172)

internet, a categoria ‘pobre’ também apareceu de modo relacional, em oposição aos ‘ricos’, sendo contextualmente mobilizada ou evitada, podendo também ser reduzida ou alargada. Alguém pode se declarar ‘pobre’ ironicamente em uma brincadeira, mas numa reflexão posterior pode evitar tal classificação. “*Pobre, pobre mesmo*”, tende a ser visto como uma condição extrema, associado a condições realmente precárias de saúde, de alimentação e de moradia. Quando tais categorias são inseridas nas redes familiares intergeracionais, também é comum se associar a “*verdadeira pobreza*” ao passado familiar migrante, de trabalho na roça no Nordeste ou no interior do Sudeste, quando havia de fato restrição de alimentação e vestimenta. A pobreza do contexto urbano, assim, surge marcada por outras variáveis, constituindo-se também como uma categoria relacional.

De modo similar com os impasses suscitados por categorias de estratificação social, ao analisar tais narrativas observa-se como também os marcadores raciais suscitavam reflexões diversas. Assim como no caso da estudante Laizi, que revelou intensas dúvidas sobre autotransclassificação racial (“*Eu me classificaria ... não sei... morena. Mas morena não tem na raça, né? Não sei*”), também no diálogo entre Bruna e Andrea, a categoria “morena” aparecia para Bruna como sendo mais polida, ao que Andrea questionou negativamente e se afirmou como negra. Conforme pontuou Márcia Lima (2012), a categoria ‘moreno’, embora de ampla utilização popular para autotransclassificação racial no Brasil, de fato revela uma série de ambiguidades. Quando reclassificada segundo critérios do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo) tende a oscilar entre brancos e pardos. No entanto, devido a uma maior politização de tais marcadores, é a categoria negro que passa a ser reivindicada, conforme afirmação de Andrea (“*não existe esse negócio de morena [...]. Pode colocar negra mesmo*”). Andrea, assim, mesmo que intuitivamente, aproximava-se das reivindicações de representação e valorização dos distintos movimentos negros, especialmente do feminismo negro, dando visibilidade a constituição positiva de sua identidade enquanto mulher negra. (CRENSHAW, 2004).

Ainda em relação à identidade e percepção de classe, também a estudante de enfermagem Jucilene, embora tivesse uma situação econômica próxima a de Bruna e de Andrea, e fosse proprietária de um carro (bem de consumo ainda mais associado à classe média no Brasil), interpretava de modo diferente sua posição social:

Bom, sobre classe social eu acho que tem a alta, a média, a baixa e a miserável, né? Eu acho ... ai meu deus (risos), voltando aos tempos medievais que eu aprendi hoje na aula de história, depois a gente viu aquele proletariado... É tipo aquilo (risos). Eu vou estar na baixa, né? É baixa mesmo. É tipo aquele proletariado, mas sem poder fazer rebelião! Não posso me rebelar, não.  
(Jucilene, 33 anos, estudante de Enfermagem, Faculdade Bairro).

Jucilene se referia a uma das aulas que cursara na faculdade, e que ela havia me contado

em outra conversa, em que a professora introduzia alguns períodos históricos, inclusive a Revolução Industrial. A professora comparava o proletariado inglês do século XIX com a realidade atual dos alunos, gerando descontração na sala. Jucilene se identificou com aquele esquema de estratificação, classificando-se como “[classe] baixa”, não sem algum desconforto. Vale lembrar que, nessa ocasião, antes de desistir do curso de ensino superior, Jucilene se orgulhava em se apresentar como diarista, ao lado da colega de mesma profissão, Jeane, exaltando seu novo status de universitária.

Ao acompanhar até agora tais narrativas sobre percepções de classe dessas seis estudantes apresentadas neste artigo, percebe-se como diferentes categorias foram mobilizadas: “classe média” (Mariana e Bruna), “classe C” (Laizi), “classe trabalhadora” (Ana Paula), “pobre” ou “baixa renda” (Andrea), “classe baixa” (Jucilene). Todas essas estudantes eram a primeira geração de suas famílias a ingressar no ensino superior, estudaram em escolas públicas e residiam na periferia da cidade de São Paulo. Tal diversidade de identidades, ao meu ver, aproxima-se das conclusões alcançadas por Celi Scalon e André Salata (2015) em pesquisa sobre percepções de classe entre a “nova classe média” brasileira. Ao realizarem 24 entrevistas com moradores do Rio de Janeiro, divididos em dois perfis - “classe média tradicional” (Classes AB) e “nova classe média” (Classe C), os autores concluíram que enquanto todos os entrevistados da classe média estabelecida se identificavam com “classe média”, entre os entrevistados da “classe C” as respostas resultaram bastante diversas: “para os entrevistados do perfil “C” não encontramos uma identificação mais espontânea com nenhuma categoria, mas, sim, uma percepção geral de que estariam nessa posição entre os mais pobres e os mais ricos.” (SCALON; SALATA, 2015, p. 382). Assim, enquanto para os integrantes da “classe média tradicional” a categoria “classe média” apareceria como um lugar cômodo e sem muitos questionamentos, ao deslocar-se para as trajetórias de pessoas de menor renda, seriam constantes as dúvidas e negociações com as categorias de classe.

Nessas conversas e entrevistas sobre percepções de classe realizadas em minha pesquisa, também se nota como tais categorias são contextualmente negociadas. Em conversa durante entrevista realizada em março de 2017, no pátio da Faculdade Bairro, explicitando meus interesses de pesquisa sobre marcadores sociais da diferença, perguntei a estudante de Pedagogia Daniela sobre sua percepção de classe e tive a seguinte resposta: “*Eu acho esse negócio de classe social meio difícil... [pausa], mas acho que eu sou média.*” Quando, em seguida, perguntei como ela se classificava em termos de raça ou cor, Daniela se disse “*parda*”. Conforme narrativa de Daniela, ao debater os dilemas envolvidos na escolha pelo curso de Pedagogia, ela realizava o sonho de sua família de ser a primeira a ingressar no ensino superior, não sem decepções, já que seu pai, de profissão motorista de ônibus, queria que ela cursasse Direito. Já sua mãe, de profissão diarista, estava orgulhosa das escolhas da filha.

Já no segundo semestre de 2018, inserido no contexto do debate eleitoral que daria vitória ao candidato conservador Jair Bolsonaro, diante de uma conjuntura social e política cada vez mais polarizada (PINHEIRO-MACHADO E SCALCO, 2018), Daniela aprofundou sua visão política engajada – que tendia mais à esquerda –, posicionando-se abertamente contra a chapa conservadora, apoiando a campanha online *#elenão*. Nesse momento, Daniela escreveu em suas redes sociais: “mulher, neta de índio, pobre, professora, nunca tive tanto medo de ser quem eu sou”. Num contexto de maior politização e engajamento nas redes sociais (FALCÃO, 2017), conforme discuto a seguir, nota-se como Daniela moveu-se de categorias intermediárias (“acho que sou [classe] média”) para categorias mais polarizadas e politizadas (“mulher, neta de índio, pobre”), revelando mais uma vez o caráter negociável e performativo das categorias de classe, bem como de raça e de gênero.

## **“AGORA QUER SER RICA?”: NARRATIVAS ONLINE SOBRE CLASSE E MOBILIDADE**

Como parte de um cenário global de intensa comunicação digital, em que as relações se constituem cada vez mais em um contínuo online-offline<sup>14</sup>, também as estudantes participavam das redes sociais, trocando mensagens, “curtindo” conteúdo online e circulando memes<sup>15</sup> em diferentes redes, especialmente através do uso de *smartphones*. Assim, além de acompanhar algumas estudantes nas redes sociais Facebook e Instagram, ao longo da pesquisa de campo tive a oportunidade de participar de dois grupos online de WhatsApp dos cursos de Enfermagem (grupo que frequentei por pouco mais de um mês, em 2016), e do curso de Pedagogia (que frequentei por um semestre, em 2017), ambos ligados às turmas de ingressantes que acompanhei na Faculdade Bairro. Nesses dois grupos, entre troca de informações sobre o curso, discussões sobre a turma e constituição e dissolução de amizades, comentava-se também a todo momento sobre religião e sobre os desafios futuros em relação às profissões de pedagogas e enfermeiros, entre outros assuntos. Além das mensagens de texto e de voz, muitas dessas comunicações eram trocadas nas formas de memes.

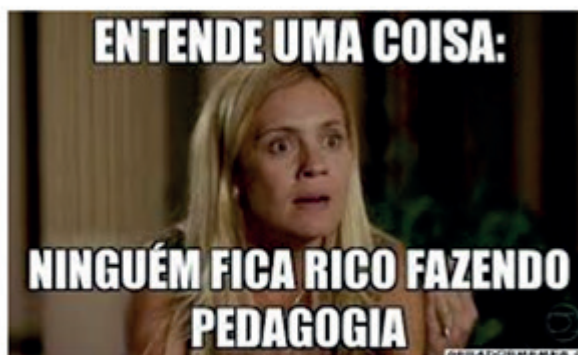
14 No campo da antropologia brasileira, diversas pesquisas têm elaborado a perspectiva de uma etnografia digital. Ver, entre outras, FALCÃO, 2017 e PARREIRAS, 2017. Sobre as potencialidades de uma antropologia digital, ver também MILLER; SLATER, 2004.

15 Os memes são mensagens gráficas frequentemente humorísticas, utilizando uma bricolagem de linguagens simples, com alto poder de viralização (FALCÃO, 2017). Sem autoria definida, em geral são replicados quando os usuários concordam com seu conteúdo.

Vale lembrar que tal interação digital está marcada por um contexto de democratização da internet no Brasil dos anos 2000 e início dos 2010, quando as “classes emergentes” passaram a fazer um uso muito frequente das redes sociais, especialmente pelo uso intensivo de *smartphones* (SPYER, 2018). Assim, além da comunicação em si, a sociabilidade online passou a ser uma forma importante de estar atualizado às tendências digitais e modernizantes, trazendo também prestígio e distinção para os usuários mais conectados.

Na presente pesquisa, os memes trocados pelas turmas nos grupos de WhatsApp que acompanhei chamaram minha atenção por tematizar assuntos que não eram abertamente tratados nas conversas que presenciei nos diferentes espaços das faculdades ou nas outras interações online. Se as mensagens de texto e de voz trocadas, em sua maioria, versavam sobre dúvidas com a plataforma digital do curso, além de informações sobre salas, professores e trabalhos, era através dos memes que a temática da estratificação social ocasionalmente aparecia, sempre permeada por muita ironia e humor, como é usual nessa forma de comunicação. Nesses debates, a oposição das/dos estudantes dessa turma com “os ricos” era frequente. Nesse sentido, diversos memes ironizavam essa tensão de classe, tematizando a escolha dos cursos de ensino superior.

**Figuras 1 e 2: memes mobilizando personagens de telenovelas da Globo que se tornaram populares por suas falas irônicas.**



Fonte: grupos de WhatsApp, 2016 e 2017.

Nesses memes, a mobilização de vilões controversos de telenovelas da Rede Globo, que ficaram famosos por suas falas sinceras e irônicas, revelava a necessidade de dizer “a verdade”, ainda que causasse constrangimentos. Na primeira imagem, vemos a personagem Carminha (interpretada pela atriz Adriana Esteves), da telenovela *Avenida Brasil* (Globo, 2012); na segunda imagem, o personagem Félix (interpretado pelo ator Mateus Solano), na telenovela *Amor à*



*Vida* (GLOBO, 2013) (Figuras 1 e 2). Em ambos os memes, a combinação entre imagem e texto traz o alerta incisivo e irônico de que naqueles dois cursos de ensino superior – enfermagem e pedagogia – as chances de “ficar rico” eram escassas, possivelmente em oposição a outros cursos mais valorizados na hierarquia de diplomas brasileiros, com destaque para Medicina e Direito<sup>16</sup>. Tais tensões revelavam que, para além do fato de estar no ensino superior, a escolha do curso também se correlacionava com marcadores de classe social (NOGUEIRA, 2012).

Conforme vimos nos relatos sobre percepção de classe apresentados acima, se nas entrevistas a identidade de classe variava entre termos como “classe trabalhadora”, “classe baixa”, “classe média” e “classe C”, já nos conteúdos online, nos memes especialmente, a percepção de estar afastada do mundo “dos ricos” e “das ricas” ficava nítida. Assim, diversos memes ironizavam essa distância social dos “verdadeiros ricos”, imaginados como aqueles que não precisam trabalhar para pagar a faculdade, que não têm que se submeter a várias horas diárias no transporte público para retornar para casa ou que possuem grandes heranças, livrando-se do trabalho diário e exaustivo.

**Figuras 3 e 4: memes tematizando estratificação social trocados no grupo de WhatsApp, Faculdade Bairro.**



Fonte: grupos de WhatsApp, 2016.

Tendo como referência as imagens 3 e 4, nota-se como em tais mensagens, sempre mo-

<sup>16</sup> Nessas classificações, vale lembrar que cursos como o de Medicina e Direito têm se constituído historicamente como mais prestigiosos do sistema universitário brasileiro, conciliando status e expectativas de altos rendimentos no mercado de trabalho (bastante superiores à média nacional). (RIBEIRO & SCHLEGEL, 2015. E quando se olha para as escolhas de alunos das escolas ‘fortes’ da cidade de São Paulo, voltadas para o sucesso no vestibular, são os cursos de Direito, Medicina e Engenharia que ainda atraem os estudantes de maior desempenho escolar.

bilizando a chave do humor, tematizava-se a melancolia de não ter nascido em família rica. Na Figura 3, através da imagem cômica de uma criança que se vestia com adornos considerados chiques – como bolsa de couro azul marinho e óculos escuros – expressava a *luta diária* que, no caso das estudantes pesquisadas, compreendia na rotina de acordar muito cedo todos os dias, trabalhar duro e por longas horas, cursar a faculdade no período noturno, cuidar da casa e, alguns casos, cuidar dos filhos. Já a imagem 4, através do uso da figura do endividado Seu Madruga, conhecido personagem do seriado mexicano *Chaves*, expressava a surpresa diante de uma repentina vontade de “fica rico” e, assim, ter grande parte dos problemas cotidianos resolvidos.

Se tais mensagens tematizavam a resignação e a luta diária diante da condição de “*não ter nascido rica*”, por outra direção, uma série de mensagens de incentivo também eram trocadas nesses grupos, mobilizando frases de autoajuda, montadas sobre imagens de estudantes desanimadas, mas persistentes em sua batalha cotidiana para “alcançar os verdadeiros sonhos”. Nessa interação online nos grupos, entre respostas a tais mensagens com *emojis* de palminhas e sorrisos, também surgiam respostas como “*nós todas vamos conseguir, em nome de Jesus*”, expressando a forte religiosidade cristã de algumas estudantes. Entre mensagens de humor e autoajuda, vez ou outra também surgiam questionamentos: tanto esforço e cansaço valeria a pena? Os frutos imaginados chegariam? Tais estudantes, ao final desse longo percurso de quatro ou cinco anos, conseguiriam as recompensas imaginadas pela obtenção de um diploma de ensino superior e, possivelmente, a conquista de alguma mobilidade social? Nessas conversas e interações online, às vezes parecia que sim, às vezes que não.

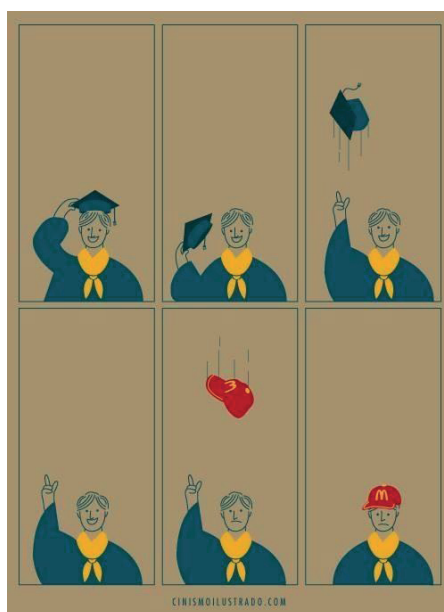
Enquanto se mobilizavam diferentes táticas online e offline de incentivo para não desistir do curso, em alguns momentos o desânimo diante de uma conjuntura adversa, marcada por crises econômicas e desemprego, voltava a imperar. Assim, diante dos questionamentos sobre se tanto esforço e cansaço valeria a pena, discutiam-se ansiedades e frustrações. Para além do cansaço pessoal e das perspectivas pessimistas em relação ao mercado de trabalho, a desilusão com as instituições de ensino era frequente. Nos dois grupos de WhatsApp que acompanhei, eram trocadas diversas reclamações sobre a instituição como “*a [Faculdade Bairro] faz qualquer sonho virar pesadelo*”, referindo-se às condições ruins de atendimento, condição de trabalho de professores, excesso de conteúdo online, entre outras críticas à instituição, esta, por sua vez, ligada a um dos maiores grupos de ensino privado do país.

O cenário de crise econômica, instabilidade política e aumento das taxas de desemprego no Brasil no período em que participei desses dois grupos, além de acompanhar tal temática em outras interações online, também se revelou motivo constante de preocupações e tensões. Com o desemprego entre a população jovem brasileira atingindo a marca de 26,6% em 2018<sup>17</sup>,

<sup>17</sup> Utilizando dados do IBGE de 2018, reportagem do portal online G1, da Globo, em 17/08/2018, afirmava que

a preocupação sobre a empregabilidade durante o curso, e especialmente após a sua conclusão, eram inevitáveis.

**Figura 5:** Tira recebida por WhatsApp nos dois diferentes grupos que participei em 2016 e 2017.



**Fonte:** grupos de WhatsApp.

A Figura 5, em especial, chamou minha atenção já que a recebi nos dois diferentes grupos de WhatsApp que participei nessa pesquisa. Além da sua recorrência, portanto, me marcou especialmente por sua pungência. Diante do forte simbolismo que o capelo continha nesse imaginário de conquista de um diploma de ensino superior, aqui o objeto, em seu voo, seguia o alegre ritual da festa de formatura ao ser jogado para cima, mas, ao cair, transformava-se em um boné da rede *fast-food* McDonalds. Ao invés de profissional qualificado, o diplomado imediatamente convertia-se em mão-de-obra precarizada.

Nos dois grupos em que vi essa mensagem ser veiculada, a reação foi jocosa: comentários como “*oh nois daqui a quatro anos! Kkkkk*”, seguidas de respostas com *emojis* de risadas, simultaneamente tensionavam e divertiam aquele ambiente online formado por universitários calouros. Além da reflexão sobre a conjuntura de precarização do trabalho, novamente, rir acabava sendo uma boa alternativa diante de um cenário com tantas incertezas.

---

enquanto a taxa geral de desemprego era de 12,4% no segundo trimestre de 2018, entre os jovens o percentual saltava para 26,6%. (G1, SILVEIRA, 2018).

## **“QUERO É TRABALHAR NA ÁREA”: EXPECTATIVAS DIANTE DA FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Olha, hoje eu trabalho como agente escolar em escola [estadual], mas eu não quero ficar nisso. Eu tô fazendo enfermagem... [pausa, reflete] eu não preciso ficar rica, o que eu quero mesmo é conseguir trabalhar na área.  
(Luana, 25 anos, estudante de Enfermagem na Faculdade Bairro).

Assim como na narrativa de Luana, ouvi sobre a meta de “*trabalhar na área*” diversas vezes ao longo da pesquisa, surgindo como uma expectativa para praticamente todas as interlocutoras, de diferentes áreas de formação como Administração, Pedagogia e Enfermagem. Para além de almejar outras conquistas como casa própria e estabilidade financeira, a expectativa de “trabalhar na área” era vista como uma meta possível, mas não garantida, dadas as condições cada vez mais precárias do mercado de trabalho brasileiro (BRAGA, 2014; SINGER, 2018), além do já conhecido cenário de flexibilização e precarização do trabalho em contexto internacional. (BOLTANSKY; CHIAPPELO, 2009; BUTLER, 2018)

No caso da estudante Luana, aos 25 anos ela já tinha realizado o técnico de enfermagem, contudo ainda não tinha conseguido trabalhar na área da saúde, o que era visto como uma grande frustração. Naquele momento, seu emprego como agente escolar, embora cansativo e mal remunerado (recebia cerca de um salário mínimo por mês), trazia alguma satisfação – dizia gostar da convivência com os adolescentes. No entanto, sua principal busca no ensino superior era conseguir, um dia, trabalhar na área da saúde, preferencialmente em um hospital. A ansiedade de Luana de saber se, diante de tanto esforço, o ensino superior valeria a pena, surgia como contraponto a diversas outras histórias ouvidas nas conversas online e nos corredores da faculdade sobre jovens e adultos que terminaram a faculdade, mas não conseguiram “trabalhar na área”, empregando-se em trabalhos de menor qualificação e remuneração, como operador de *call center*, recepcionista, vendedor ou manicure. Na pesquisa sobre bolsistas do ProUni em São Paulo realizada por Wilson Almeida, de maneira similar, diversos estudantes empregavam-se em setores de telemarketing, revendedora de cosméticos ou no serviço terceirizado, entre outras ocupações marcadas pela alta rotatividade no emprego e baixa remuneração. Conforme imagem trazida acima, tratava-se do grande pesadelo de, ao invés de “trabalhar na área”, ter que vestir o boné de trabalhador precário. (ALMEIDA, 2015)

A preocupação manifestada por Luana, para além das ansiedades típicas de qualquer estudante universitário tentando prever seu futuro pós formatura, relacionava-se com a deterioração do mercado de trabalho brasileiro e com a preocupação diante da progressiva desvaloriza-

ção dos diplomas, criando “excluídos do interior”, conforme expressão marcante formulada por Bourdieu e Champagne. Ao refletir de maneira contundente sobre algumas das ambivalências dos sistemas educacionais cada vez mais “inclusivos”, inseridos em mercados de trabalhos cada vez mais precarizados, nos anos 1990, os mesmos autores percebiam que, com a chegada de “novas clientelas” nos níveis elevados de ensino francês, modificava-se cada vez mais “o valor econômico e simbólico dos diplomas”. Nessas transformações, os “recém-chegados” sofriam mais incisivamente tais impactos: “estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado”. (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998, p. 221).

Tal processo de “inflação dos diplomas”, por um lado, e precarização do mercado de trabalho, por outro, também foi analisado por Luc Boltanski e Éve Chiapello no final dos anos 1990, em reflexão sobre a produção de um capitalismo flexível e globalizado, marcado simultaneamente pela precarização do trabalho como parte de seu “novo espírito”. Como foco na “zona OCDE”, os autores constatavam “um nivelamento por baixo das remunerações”. Nesse passo, o compromisso “diploma, carreira e aposentadoria” – estabelecido na Europa desde o pós-guerra, desestabilizava-se progressivamente: “com o mesmo diploma, na maioria das vezes os jovens têm acesso a posições inferiores às atingidas pelos mais velhos quando tinham a mesma idade, frequentemente ao cabo de uma série de empregos precários que agora marca o ingresso das novas gerações na vida ativa” (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 23).

Se a “inflação de diplomas” nos chamados países desenvolvidos, como França e Estados Unidos, já revelava suas ambivalências nos anos 1990, no Brasil foi apenas no final da década de 2000 que tal debate ganhou força. Conforme já discutido, o período esteve marcado por um certo otimismo, relacionado à mobilidade social, valorização do salário mínimo e expansão do ensino superior, entre outros fatores derivados do lulismo. (SINGER, 2018). Apesar do “reformismo fraco”, conforme análise de Singer, havia grande expectativa de crescimento da renda per capita, da escolarização e da “nova classe média brasileira”. No entanto, com o adensamento da crise econômica e política a partir de 2015, a pauta da crise e do desemprego voltou a fazer parte do cotidiano:

Antes eu pensava que eu ia ser valorizada fazendo o superior em Enfermagem. Agora eu entro no metrô e só vejo gente de branco por todo lado, vejo universitário por todo lado! Não que eu seja uma pessoa maldosa... mas com esse tanto de enfermeiro, será que vai ter trabalho pra mim? A gente imagina uma coisa e vai vendo que a realidade é outra. E agora esse papo de crise por todo lado. Crise, crise, não aguento mais [silêncio]. E essa crise só tá piorando...

(Jucilene, 33 anos, estudante de Enfermagem, antes de desistir do curso).

Conforme narrativa da estudante Jucilene, apesar do esforço individual, a realidade brasileira foi se constituindo como um ambiente adverso, marcado por subsequentes crises econômicas e políticas no período entre 2015 e 2018, quando se desenvolveu a presente pesquisa. Se, do ponto de vista das instituições de ensino foram tomadas o maior número de medidas possíveis para seguir captando novos estudantes e reter a evasão; do ponto de vista das estudantes, a crise trouxe um elemento extra de insegurança e tensão.

A estudante Jucilene, após vários dilemas, acabou desistindo do curso. No entanto, nessa turma de Enfermagem da Faculdade Bairro, diversas alunas persistiram. Como disse a estudante Andrea, “*as coisas estão difíceis? sim, estão; mas se eu quero ter alguma oportunidade de crescimento, estudar é minha única opção, não tenho outra*”. Diante de um cenário político nacional desalentador e de uma desigualdade social crescente, era entre sentimentos de resistência e resignação que tais estudantes seguiam suas trajetórias educacionais no período analisado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisei as percepções de classe e mobilidade social entre estudantes universitárias, por meio de entrevistas, conversas e interações online nas redes sociais. Mobilizando ora categorias binárias – *ricas versus pobres* –, ora categorias mais fracionadas – como “classe média” ou “classe C” –, tais classificações revelaram negociações constantes a respeito das percepções cotidianas sobre classe e mobilidade social. Assim, para além de uma definição sociologicamente correta enquanto “nova classe trabalhadora”, “classe média baixa” ou outra categoria do jargão das ciências sociais ou da economia, a pesquisa entre as estudantes revelou que a percepção de classe é também algo que contextualmente se negocia, levando em conta de onde se fala, para quem se fala, e quais imaginários sobre mobilidade social se aspira.

Ainda assim, diferentemente dos privilégios culturais e econômicos da classe média tradicional ou da elite paulistana – vista, pelas lentes dessas interlocutoras, como “*os ricos*” –, para essas estudantes a rotina exaustiva de conciliar trabalho duro, estudo em período noturno, longas horas em transporte público e poucas horas de sono as colocava permanentemente em um lugar social instável e desafiador, cuja motivação individual e familiar acabava sendo um dos principais agenciadores dessa busca por mobilidade social.

Em paralelo, tentei demonstrar como, para além do objetivo de ascender socialmente e garantir melhores condições econômicas, a busca do diploma de ensino superior também trazia consigo expectativas de realização pessoal e de busca por reconhecimento no trabalho, especialmente pela meta de “*trabalhar na área*” em que se escolheu. O pesadelo do trabalho

precário, para além de sua baixa remuneração, significava uma enorme frustração, já que remetia à “não escolha”. Tal perspectiva resultaria em uma enorme decepção em relação à busca de realização no trabalho. Segundo interpretação de François Dubet, a qual se alinha com os resultados da presente pesquisa, cada vez mais as pessoas teriam expectativas de encontrar sentido e autorrealização no trabalho. Tal ideal deixaria de ser exclusivo das classes privilegiadas, espalhando-se o desejo de encontrar na profissão “satisfações intrínsecas, prazer, felicidade, um sentimento de crescimento pessoal e liberdade”, mesmo em um mercado de trabalho cada vez mais flexível e instável (DUBET, 2014, p. 113).

Cabe ainda destacar a polissemia do diploma: para além da obtenção de qualificação profissional, o diploma é visto como algo que irá materializar conquistas pessoais e familiares, apresentando amplo efeito simbólico. Mais do que “*querer ficar rica*”, conforme provocação irônica compartilhada em grupo de WhatsApp revelada nas figuras 1 e 2, entre as estudantes universitárias pesquisadas o diploma representava a oportunidade de crescimento pessoal e de reconhecimento, além da expectativa de obter um trabalho digno, relacionado com a área escolhida e que tenha remuneração compatível com a escolaridade obtida.

Retomando as narrativas das estudantes Ana Paula e Mariana, conforme apresentadas no início deste artigo, apesar das diferenças geracionais e das diferentes percepções sobre classe entre mãe e filha – entre “*classe trabalhadora*” e “*classe média*” -, trata-se da aposta mais geral na educação superior como possibilidade de transformação pessoal e familiar, tentando mover a família para um lugar de maior estabilidade, frente a uma conjuntura cada vez mais instável. Conforme sintetizou Ana Paula: “(...) *só com ensino médio não dá mais. A gente não pode querer ficar a vida toda no mesmo lugar. Tá difícil, mas estudar ainda é o melhor jeito da gente correr atrás de algo melhor*”.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Heloisa Buarque. **Telenovela, Consumo e Gênero**: “muitas mais coisas”. Bauru: Edusc, 2003.
2. ALMEIDA, Wilson Mesquita. Os Herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 85-100, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n130/0101-7330-es-36-130-00085.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
3. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
4. BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**. Vol. 96, junho

- de 2013, p.105-115, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000200008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008). Acesso em: 12 mar. 2019.
5. BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
  6. BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
  7. CARDOSO, Ruth. Sociedade e poder: as representações dos favelados em São Paulo. *In*: CALDEIRA, Teresa (Org.). **Ruth Cardoso**: Obra Reunida. São Paulo: Mameluco, 2011, p. 170-184.
  8. CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de gênero e raça**. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.Org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
  9. DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. **Três famílias**: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
  10. DUBET, François. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
  11. ESCOURA, Michele; MACEDO, Renata Mourão. Tensionamentos e negociações de desigualdades: notas etnográficas sobre consumo, classe e gênero. *In*: SAGGESE, Gustavo *et al.* (Org.). **Marcadores Sociais da Diferença**: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo: Terceiro Nome: Editora Gramma, 2018, p. 269-286.
  12. FALCÃO, Thiago. **Memes, textões e problematizações**: sociabilidade e política a partir de uma comunidade LGBT de universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2017.
  13. FONSECA, Claudia. Classe e a recusa etnográfica. *In*: FONSECA, C.; BRITES, J. (Org.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
  14. FORACCHI, Marialice. **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
  15. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.
  16. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico**: Censo da Educação Superior 2016. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em:



- [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf). Acesso em: 20 dez. 2018.
17. LIMA, Márcia. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social**, v.24, n.2, p. 233-254, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v24n2/v24n2a12>. Acesso em: 20 dez. 2018.
  18. KOPPER, Moises; DAMO, Arlei. A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 24, n.50, p. 335-376, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832018000100335&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832018000100335&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 out. 2018.
  19. MACEDO, Renata; ALMEIDA, Heloisa. Discursos sobre a “nova classe média” na mídia: classe, gênero e raça em intersecção. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 39, 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS 2015.
  20. MACEDO, Renata. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
  21. MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**, n.1, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>. Acesso em: 12 mar. 2019.
  22. MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia. Entre a esperança e o ódio: a juventude periférica bolsonarista. *In: SOLANO, Esther (Org). O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.
  23. MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, sexualidade e gênero no embate colonial**. Campinas, Editora Unicamp, 2010.
  24. MILLER, Daniel; HORST, Heather. **Digital Anthropology**. Londres e Nova York: Editora Berg, 2012.
  25. NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM\\_Pesquisa\\_FORMATADA.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf). Acesso em: 20 out. 2018.
  26. NOGUEIRA, Claudio. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Revista Estudos de Sociologia**, v.2, N.18, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235241>. Acesso em: 20 dez. 2018.
  27. ORTNER, Sherry. Identities: the hidden life of class. **Journal of Anthropological Research**. vol. 54, N.1, p. 1-27, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3631674>. Acesso em: 12 mar. 2019.
  28. ORTNER, Sherry. **New Jersey Dreaming: Capital, Culture and the Class of 58**. United

- States of America: Duke University Press, 2003.
29. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. *In*: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-67, 1986.
  30. PARREIRAS, Carolina. Pornografias.com: as convenções do altporn. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n.42, Niterói, p.16-42, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41883/pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
  31. PEREIRA, Alexandre Barbosa. **“A maior zoeira” na escola: experiências juvenis na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.
  32. POCHMAN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
  33. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal e ensino superior no Brasil (1960 a 2010). *In*: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias de desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.
  34. SAMPAIO, Helena. Privatização do ensino superior no Brasil: velhas e novas questões. *In*: SCHWARTZMAN, Simon. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
  35. SALATA, André. Quem é classe média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol.58, n.1, p.111-149, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582015000100111](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100111). Acesso em: 20 dez. 2018.
  36. SKEGGS, Beverley. **Formations of class and gender: becoming respectable**. London: Sage Publications, 1997.
  37. SCALON, Maria Celi; SALATA, André. Do meio à classe média: como a “nova classe média” e a “classe média tradicional” percebem sua posição social? **Revista Ciências Sociais**, Unisinos, vol.51, n.3, p.375-386, 2015. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2015.51.3.14](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.14). Acesso em: 20 out. 2018.
  38. SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
  39. SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG e Humanitas, 2010.
  40. SPYER, Juliano. **Mídias Sociais no Brasil Emergente**. Londres: UCL Press, 2018.
  41. WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social**.

Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1991.

42. WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe**: abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

43. VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

*Renata Mourão Macedo*

Pós-Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Professora na Fundação Escola de Sociologia e Política. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2807-4605>. E-mail: [renatagmourao@hotmail.com](mailto:renatagmourao@hotmail.com).